

EMPREGABILIDADE, COMPETÊNCIAS E PERCURSOS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL – OS DIPLOMADOS PELO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO

Sandra Saúde¹

Escola Superior de Educação de Beja

ssaude@eseb.ipbeja.pt

13

Introdução

A saída do sistema escolar marca o fim de uma etapa decisiva no processo de socialização e inicia um período, mais ou menos longo, marcado por alguma vulnerabilidade. Os jovens que terminam o seu período de formação transitam de um mundo relativamente protegido como é o da escola (Alves, 1999) para outro (o mundo do trabalho) onde a instabilidade e a incerteza tendem a imperar. As novas formas de organização do trabalho, os efeitos da globalização, o impacto das novas tecnologias, a diversidade de critérios e estratégias de recrutamento, a desvalorização dos diplomas escolares e as elevadas taxas de desemprego, vêm questionar a desejada correspondência entre um certo tipo de formação e um certo tipo de emprego ou profissão.

As características actuais do processo de transição escola-mundo do trabalho questionam o conceito, muito divulgado, de inserção profissional. Esteves afirmava já em 1994 que o conceito de inserção, elaborado no seio da economia (teoria do capital humano) e da sociologia (teorias funcionalistas do sistema educativo), só se mantinha em uso por inércia linguística, cultural e teórica. Numa época em que o transitório se faz definitivo (Carvalho, 1999), a passagem dos jovens para o mundo do trabalho e a forma como eles a vivenciam remete-nos para o conceito de transição, o qual se centra sobre o próprio movimento de deslocação, sem referência a um ponto terminal.

Neste contexto, e no sentido de contribuir para o conhecimento da adequação dos perfis de competência e empregabilidade dos jovens com

¹ Mestre e Doutoranda em Sociologia – Área de especialização: Sociologia do Trabalho e das Organizações.

formação desenvolvida no Instituto Politécnico de Beja (IPB), face aos actuais desafios e características do *mercado de trabalho* e do *mercado de formação de nível superior*, o IPB através do seu Gabinete de Estudo da Inserção na Vida Activa desenvolveu o projecto PRONFININSERTION, financiado ao abrigo do Programa POEFDS.

Face aos actuais desafios considerou-se necessário identificar e caracterizar os percursos e trajectórias de inserção profissional desenvolvidas pelos diplomados, na convicção de que os mesmos são directamente influenciados por múltiplos factores, entre os quais se contam os de natureza pessoal (auto-conceito, capacidade de adaptação, capacidade de iniciativa, atitude face à aprendizagem, entre outros), os contextuais (perfil/necessidades do mercado de emprego/trabalho) e os de natureza formativa, que conduzem à *individualização* do perfil final de entrada no mercado de trabalho de acordo com o percurso formativo desenvolvido e as competências adquiridas.

A caracterização e compreensão dos perfis de empregabilidade tem forçosamente subjacente a análise da adequabilidade das estruturas e roteiros formativos face ao que, de facto, o contexto regional de emprego e desenvolvimento social necessitam. Não se nos afigura viável um futuro de conforto para o Ensino Superior Politécnico, em geral, e para o Instituto Politécnico de Beja, em particular, destituído de capacidade pró-activa, de inovação e de criatividade que permita consolidar o espaço único que deve ter no contexto educativo nacional e regional, e, definitivamente, dissociar-se “*do excessivo mimetismo em relação ao modelo universitário que o tem caracterizado até agora*” (Carneiro, 2001:360). Tendo os planos formativos dos Politécnicos uma vocação de empregabilidade directa, eles estão naturalmente *feridos* de maior exigência no plano da articulação de conhecimentos de índole teórica e prática, bem como no das suas aplicações profissionais no contexto local de emprego. Neste sentido, e tendo em conta que a inserção profissional é multifacetada e depende da forma como todos os actores envolvidos se apropriam das regras do jogo, o estudo foi desenvolvido de acordo com os seguintes objectivos específicos:

- *Caracterizar os perfis de inserção profissional dos jovens formados pelo ensino superior politécnico;*
- *Identificar os factores facilitadores e de limitação aos percursos de inserção profissional desenvolvidos pelos jovens diplomados no ensino superior politécnico.*

Para o alcance dos objectivos preconizados, a estratégia de pesquisa assentou, numa primeira fase, no desenvolvimento de um estudo longitudinal sobre os percursos de inserção profissional dos alunos diplomados no Instituto Politécnico de Beja (IPB), nos últimos 4 anos (de 2000 a 2003).

Complementarmente, e numa fase seguinte do estudo, foram conduzidos um conjunto de estudos de caso junto de alguns ex-alunos do IPB, seleccionados intencionalmente e considerados exemplos de *sucesso* e *insucesso* em termos de percurso de inserção profissional desenvolvido. Através de entrevistas biográficas e de “*focus group*” procurou-se analisar e avaliar as representações/opiniões partilhadas acerca do processo de inserção no mercado de trabalho.

No âmbito da investigação desenvolvida, esta comunicação centra-se na exploração dos principais resultados extraídos da análise dos percursos de inserção profissional dos alunos diplomados entre Janeiro de 2000 e Dezembro de 2003. Para a prossecução deste objectivo foi enviado um questionário por via postal a 1956 ex-alunos, tendo sido recebidos e validados 528, correspondentes a uma taxa de retorno de 26,9%. No que respeita à representatividade, dita no sentido da significância estatística, a taxa de sucesso da “amostra”² é perfeitamente aceitável (Debaty, 1967) à qual acresce, complementarmente, o facto de apresentar características semelhantes às da população-alvo, nomeadamente no que respeita à distribuição por escola, curso e ano.

1. A inserção profissional dos alunos diplomados pelo Instituto Politécnico de Beja de 2000 a 2003: identificação de perfis

O ensino superior é assumido, para um número cada vez mais significativo de jovens, como uma passagem inevitável para chegar ao mundo do trabalho. A partilha desta inevitabilidade tem, no entanto, subjacente, a evidência da heterogeneidade da forma como é vivenciado o período formativo, o que, inevitavelmente, se repercute nos percursos e nas trajectórias de inserção profissional (Fluixá, 1994; Roquero, 1994; Alves, 1999). De facto, uma das primeiras linhas conclusivas do estudo desenvolvido é a de que os alunos diplomados pelo IPB de 2000 a 2003 apresentam, para além do que é possível assumir como tendência a um perfil dominante, algumas características diferenciadoras na forma como valorizam o percurso de acesso ao ensino superior, de frequência do Curso e de inserção e exercício profissional.

1.1. Perfil Sociodemográfico e Origens Sociais

Ao nível dos indicadores de caracterização social, dos resultados obtidos infere-se que a maioria dos ex-alunos é do sexo feminino e oriunda

² Correspondente à taxa de retorno.

do Distrito de Beja, destacando-se, em particular, o subconjunto natural do concelho da capital de Distrito. Na hierarquia dos distritos de naturalidade, destacam-se, em seguida, Évora, Setúbal e Faro, que, conjuntamente com Beja, compõem a denominada Zona de Intervenção Directa do IPB. Ao nível das condições que definem a autonomia em relação à família de origem (casa própria, casamento e auto-sustentação económica) verificamos que, na maioria dos casos, não se verificam, ou seja, regista-se um baixo nível de independência familiar. A maioria dos ex-alunos ainda não constituiu oficialmente família, não tem filhos a seu cargo e, de forma ainda mais expressiva, continua a viver com os pais. As actuais dificuldades sentidas pelos jovens em garantir a auto-sustentação económica têm conduzido à preservação *forçada* da dependência paterna, o que, em particular, para os alunos que tiveram que mudar de residência para a frequência do Curso, representou um regresso a casa.

A partir dos indicadores de caracterização sócio-profissional do *locus* familiar podemos, por sua vez, inferir o reduzido capital escolar acumulado dos sujeitos em estudo. Trata-se, maioritariamente, de filhos de pais que possuem apenas o diploma do 4º ano de escolaridade (ensino primário) e que se inserem em categorias profissionais ligadas ao sector dos serviços e/ou da agricultura com baixo nível de qualificação. Os resultados, pela sobre-representação registada ao nível dos trabalhadores não qualificados e pela sub-representação ao nível dos quadros dirigentes e profissões intelectuais, quando comparados com os resultados explorados por Rosário Mauritti³ (2003:31-50) respeitantes aos estudantes universitários, claramente evidenciam que o grupo familiar de origem dos estudantes do IPB é menos especializado e qualificado. Simultaneamente, pelo facto de a distribuição de valores se assemelhar mais ao registado a nível nacional do que a distribuição identificada por Rosário Mauritti, corrobora-se a hipótese de que o alargamento da base social de recrutamento para o ensino superior é mais evidente no superior politécnico, com o acesso predominante de indivíduos oriundos de famílias de classe com recursos socioeducacionais e/ou socioprofissionais menos significativos.

No contexto do Baixo Alentejo e áreas geográficas contíguas, a oportunidade de acesso ao ensino superior, reforçada pela presença do IPB desde 1987⁴, aumentou a possibilidade de dinamização dos percursos de mobilidade social ascendente, funcionando como uma porta aberta ao

³ Rosário Mauritti fez parte da equipa que desenvolveu um estudo a nível nacional tendo em vista a exploração das trajectórias sociais e as orientações valorativas dos alunos do ensino universitário (público e privado). O estudo que se centrou na aplicação de um inquérito no ano lectivo de 1998-1999 foi desenvolvido no âmbito do Observatório Permanente da Juventude e foi coordenado pela equipa constituída para o efeito da qual também fazem parte João Ferreira de Almeida, Patrícia Ávila, José Luis Casanova, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Susana da Cruz Martins pertencentes ao Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do I.S.C.T.E.

processo de requalificação da população activa e do seu capital escolar. Os nossos inquiridos apostaram e desenvolveram trajectórias formativas mais prolongadas e especializadas, o que estabelece claramente um ponto de ruptura com a geração dos pais. A opção pela frequência de um Curso superior constitui uma mais-valia assumida de especialização formativa que, para além de garantir a aquisição de conhecimentos na área de interesse, oferece, na perspectiva dos inquiridos, melhores e mais variadas oportunidades de inserção profissional.

Ao matizar o significado do efeito da proximidade da oferta de ensino superior há que ter, simultaneamente, em conta o cenário familiar predominante quanto à condição do pai e da mãe perante o trabalho (Tabela 1). Face aos dados constata-se que são uma minoria os pais que se encontram desempregados; a taxa de desemprego registada para os pais é muito inferior à constatada para as mães e também é menos expressiva que a verificada a nível nacional.

Situação profissional	Pai	Mãe	População portuguesa 2001
Empregado(a)	76,2	59,9	53,5
Desempregado(a)	3,5	13,1	3,9
Doméstica(o)		16,3	7,0
Reformado(a)	10,5	10,6	22,2
Outras situações	9,8		13,4
Total	100,0	100,0	100,0

Tabela 1: Situação perante o trabalho dos pais por comparação com a população portuguesa

Num contexto sócio-económico em que se regista uma das mais altas taxas de desemprego a nível nacional, os índices encontrados parecem evidenciar a existência de algum efeito de selecção na base de recrutamento, o que induz à interpretação de que o acesso ao ensino superior tem por base, preferencialmente, uma condição familiar perante o trabalho estável, activa e remunerada.

1.2. Trajectória escolar – a escolha do curso

Uma das dimensões estruturantes do processo de inserção profissional de qualquer indivíduo é o percurso formativo desenvolvido. Essa trajectória escolar cruza momentos tão diferentes que vão desde o processo de ingresso no Ensino Superior até ao percurso de formação desenvolvido após a

⁴ Através do Desp. 171/ MEC / 87 de 17 de Julho foi nomeado o 1º Presidente da Comissão Instaladora do Instituto Politécnico de Beja (IPB), cuja tomada de posse em 07 de Agosto de 1987 coincidiu com a entrada em funcionamento do Instituto.

obtenção do curso. No desenvolvimento da sua trajectória escolar cada indivíduo selecciona e combina o conjunto de opções e alternativas que tem ao seu dispor, e “conjuga” o “puzzle” de competências finais e área(s) de especialização com que se apresenta no mercado de trabalho.

Para a maioria dos inquiridos (56,5%), particularmente aplicável para os que se diplomaram em Gestão de Empresas, Enfermagem, Educação de Infância e nas diversas vertentes do Curso de Professores do Ensino Básico, a frequência do curso constituiu a concretização de um desejo bem definido e identificado correspondente à sua 1ª opção de candidatura. Em termos médios a nota de ingresso foi de 11,97 valores, não se registando diferenças particularmente significativas de acordo com a área de formação (*Anova Test – F – 0,686; Sig – 0,799; p > 0,05*).

De uma forma genérica, os recursos educacionais ou, mais precisamente, a forma como são mobilizados nas aspirações e expectativas de inserção profissional dos diplomados constituem elementos centrais para a compreensão dos mecanismos que, do ponto de vista da procura de trabalho, pautam os processos de transição para a vida profissional activa deste segmento da população. Mas a educação pode não representar um investimento dirigido exclusivamente ou, pelo menos, de forma prioritária, ao alargamento de oportunidades profissionais que esperam vir a concretizar em termos individuais, ela pode abranger nas suas várias vertentes orientações para a realização de acções sociocentradas, dirigidas a vários domínios da via social. Como vem sugerindo num relatório da OCDE (1998:39): “(...) o bem estar social e a prosperidade de um País estão ligados à instrução e à formação da população activa. A educação contribui para a transmissão de conhecimentos, de aptidões e de competências necessárias para permitir a cada indivíduo jogar um papel activo na sociedade. Ela contribui também para o progresso dos conhecimentos científicos e culturais”.

Na conjugação destas diversas dimensões, para além das repercussões que têm tanto na estruturação das trajectórias sociais que cada um tende a realizar, como no tipo de recompensas que esperam alcançar, a educação surge assim como um elemento estruturante das próprias condições de desenvolvimento socioeconómico e enriquecimento cultural da vida social. Em que medida é que estes vários aspectos são valorizados nas representações dos diplomados, protagonistas centrais nos processos de mudança social e económica, como “razões de escolha do curso”? Nesta vertente de exploração dos dados pretende-se detectar as predisposições que presidiram à escolha do curso ou, dito de outro modo, pretende-se uma aproximação às configurações dos valores e aos significados que os inquiridos atribuem à aprendizagem enquanto veículos de inserção social e profissional.

Genericamente, o que de mais significativo resulta do apuramento de resultados à pergunta: “Quais foram as principais razões, num máximo de 5, que o levaram a ingressar no Curso?” é o facto de terem sido as características do curso e as razões de índole mais *egocentrada* e de valorização pessoal que mais influenciaram a escolha do curso. O facto de o curso permitir “desempenhar uma profissão que permite a realização pessoal” ou o “desenvolvimento de uma vocação” e “adquirir conhecimentos na área de interesse” evidenciam-se como razões preferencialmente invocadas para justificar a escolha, o que reflecte a procura de recompensas *intrínsecas* como a realização vocacional e o desenvolvimento de potencialidades pessoais.

Complementarmente são também de destacar as motivações inerentes às características do curso: “por ter várias (33,1%) e boas (22,5%) saídas profissionais”, “por ser essencialmente prático” (20,8%) ou “pela sua estrutura curricular”(16,5%) o que atesta a existência e respectiva necessidade de conhecimento mais ou menos profundo sobre o que é o curso e respectivo programa curricular no momento da escolha. Os diplomados do IPB perspectivam assim o curso/a educação como uma forma de adquirir conhecimentos, complementar a formação, desenvolver a vocação e interesse pessoais e de potencializar a inserção profissional e a oportunidade de acesso a uma profissão.

1.3. Percursos de Inserção Profissional

Terminada a licenciatura ou bacharelato, a maioria dos diplomados inicia o processo de transição da escola para o mundo do trabalho. Este processo de inserção profissional correspondeu, até ao início da década de 90, a um período relativamente curto durante o qual os jovens trocavam a condição de inactivo pela de activo empregado. No entanto, as alterações na estrutura económica, as estratégias de flexibilização da mão-de-obra e a passagem de uma situação de pleno emprego a uma outra onde o desemprego estrutural se generaliza produziram modificações profundas na forma como ocorre a transição para a vida activa bem como na própria definição de inserção profissional.

Com a crise de emprego, emerge todo um conjunto de formas de trabalho atípico. Os contratos a termo indeterminado, forma ainda hoje dominante da relação laboral, têm vindo a dar lugar a contratos a termo certo, “recibos verdes” e, mais recentemente, aos estágios. As estratégias de flexibilização da mão-de-obra associadas ao aumento das taxas de desemprego tiveram como consequência o aumento da complexidade dos processos de inserção profissional. O período de inserção é mais prolongado e as posições no mercado de trabalho diversificam-se: as situações de desemprego deixam de ser, para muitos jovens, uma experiência esporádica

para assumirem um carácter recorrente; os contratos a termo certo sucedem-se; e os estágios profissionais tendem a assumir uma importância crescente nos processos de inserção profissional. Neste perspectiva, o acesso a uma posição estabilizada no sistema de emprego é antecedido por um conjunto diversificado de estatutos que conferem uma especificidade própria aos percursos individuais de inserção na vida activa.

		Área/ Escola de formação				TOTAL
		ESEB	ESAB	ESTIG	ESENF	
Empregado		71,4	70,2	84,6	96,4	80,6
Desempregado	A procura do 1º emprego	12,7	15,0	5,9	2,6	8,0
	A procura de novo emprego	12,1	10,8	5,0	1,0	7,2
Total						15,2
Outra situação		3,8	4,0	4,5	-	4,2
TOTAL (n)		148	162	181	37	528

Fonte: Inquérito 2004

Tabela 2: Actual situação profissional segundo a área de formação (em %)

De acordo com os dados da Tabela 2, a moratória social dos diplomados está a assumir algum significado, embora com contornos poucos explícitos e de forma não homogénea, entre os diplomados nas 4 escolas que constituem o IPB (Escola Superior de Educação -ESEB, Escola Superior Agrária- ESAB, Escola Superior de Tecnologia e Gestão - ESTIG e Escola Superior de Enfermagem⁵ - ESENF).

Em 2004, ano em que a “amostra” foi inquirida, e, por conseguinte, entre o mínimo de 11 a 12 meses e o máximo de 58 meses, depois da obtenção do diploma, 80,6% dos diplomados envolvidos no estudo estão empregados⁶. Dos restantes, 15,2% estão desempregados (à procura do 1º emprego ou à procura de novo) e 4,2% enquadra-se na tipologia “outra situação” maioritariamente associada a situações de realização de estágios profissionais, de vínculos laborais precários através de prestação de serviços ou ainda, continuação dos estudos. A análise por área/escola de formação permite realçar situações algo díspares, sendo que entre os licenciados nas áreas da enfermagem (como é natural face à relação procura-oferta nesta área) e de tecnologia e gestão a situação é mais estável, por oposição ao que ocorre entre os diplomados na área da formação de professores (em que se destacam: Prof. do Ensino Básico – Variante: Português- Francês (35% estão desempregados); Prof. de

⁵ Desde Fevereiro de 2005 a ESENF assumiu a designação de Escola Superior de Saúde

⁶ Na área ou não do Curso em que se diplomou.

Educação Musical e de Educação Física (31,6%) e Prof. de Educação Visual e Tecnológica (23,1%) e especialmente da engenharia agrícola (ex: Eng. dos Sistemas Agrícolas e Ambientais (50% estão desempregados); Eng. Agro-Florestal e Eng. Agro-Pecuária (40%); Eng. Téc. de Produção Agrária – Opções: Produção Animal (38,5%) e Produção Vegetal (30,0%) e Eng. Alimentar (30,8%)).

A análise dos tempos despendidos pelos inquiridos à procura do primeiro emprego compatível com o Curso em que obteve o diploma (Gráfico 1) força a reapreciação dos números da “empregabilidade”, porque embora a maioria (37,2%) tenha conseguido arranjar o 1º emprego remunerado como diplomado no período de 1 a 6 meses, 32,4% dos inquiridos ainda se encontra à procura do 1º emprego remunerado como diplomado, ou seja, está nesta situação há pelo menos 48 meses.

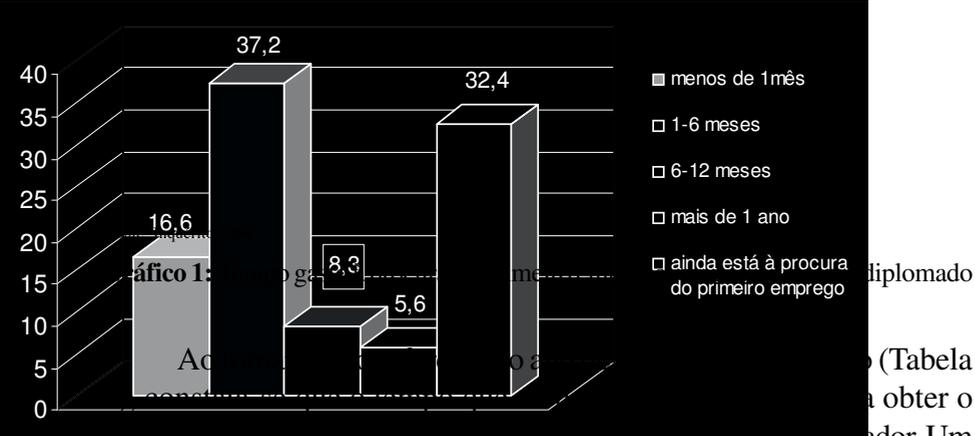


Gráfico 1: Tempo para encontrar o primeiro emprego remunerado como diplomado (Tabela 1). A análise dos tempos despendidos pelos inquiridos para obter o primeiro emprego está relacionado com este elemento caracterizador. Um primeiro aspecto a reter reside no facto de a percentagem dos inquiridos que obtiveram o primeiro emprego imediatamente após a conclusão da formação estar a diminuir, progressivamente, a partir de 2000 atingindo o valor mais baixo em 2003.

Ano de finalização	Começou logo a trabalhar (menos de 1 mês)	1-6 meses à procura de emprego	6-12 meses à procura de emprego	>1 ano à procura de emprego	Ainda está à procura de emprego	Total	
						(%)	n
2000	17,1	41,5	11,4	9,8	20,3	100,0	127
2001	12,5	45,3	7,8	7,0	27,3	100,0	124
2002	20,3	33,7	8,6	3,2	34,2	100,0	145
2003	14,3	27,5	4,4	3,3	32,1	100,0	132

Fonte: Inquérito 2004

Tabela 3: Tempo de obtenção do 1º emprego remunerado como diplomado por ano de conclusão (em %)

O curso é a segunda variável que permite compreender a forma como os diplomados do IPB acedem, diferenciadamente, ao primeiro emprego. Embora a maioria dos inquiridos só tenha conseguido iniciar o seu primeiro emprego como diplomado entre 1 a 6 meses após a conclusão do Curso⁷, é possível encontrar alguns inquiridos para os quais a procura de emprego foi bem mais fácil, começando imediatamente a trabalhar; entre eles destacam-se os que frequentaram: Enfermagem (51,4%), Estratégia e Gestão Turísticas (24,2%), Gestão de Empresas (20,8%) e Eng. Informática (17,2%). Na leitura dos resultados há que necessariamente ter em linha de conta o perfil específico de oportunidades admissíveis para cada área/curso de formação que conduz, por exemplo, à ponderação de que é menor a probabilidade de um diplomado na área da formação de professores arranjar um lugar para leccionar imediatamente após a conclusão do Curso dado o processo de concurso por que tem que passar.

Os processos de transição para a vida activa caracterizados pela vivência de um desemprego de inserção de longa duração englobam duas situações distintas: a dos que em Dezembro de 2004 tinham permanecido mais de um ano à procura do 1º emprego e a dos que ainda se encontravam à procura de uma ocupação profissional. É entre os licenciados em: Eng. Tec. de Produção Agrária – Opção: Produção Animal, Educação Física,

⁷ Os resultados obtidos diferem significativamente dos constantes na investigação coordenada por Natália Alves e realizada no quadro da Reitoria da Universidade de Lisboa, cujo principal objectivo consistiu em caracterizar as trajectórias escolares e de inserção profissional dos diplomados dessa Universidade, que concluíram a licenciatura entre 1994 e 1998. Em relação ao período de obtenção do 1º emprego, o estudo permitiu evidenciar que uma expressiva maioria dos diplomados começou logo a trabalhar após a conclusão do Curso. Embora, para termo de comparação, seja necessário ter em conta que o estudo envolveu diplomados do ensino universitário em áreas formativas distintas do IPB num período temporal diferente e anterior ao que está a ser analisado, a constatação de tão significativas diferenças vem reforçar a necessidade de controlar algumas hipóteses de trabalho como são: a da especificidade do potencial mercado de emprego dos diplomados do IPB que impõe maiores dificuldades de inserção profissional e, por outro, a hipótese da existência de diferenças nos percursos de inserção profissional dos diplomados do ensino universitário e do ensino politécnico.

Prof. do Ensino Básico nas Variantes de Português – Francês e de Matemática e Ciências da Natureza, Eng. Agro-Florestal, Eng. Informática e Eng. Agro-Industrial que se verificam as percentagens mais elevadas de inquiridos para quem o período que mediou entre a conclusão do curso e a obtenção do primeiro emprego remunerado foi superior a 12 meses. Por seu turno, o desemprego de longa duração, ou seja, os que ainda se encontram à procura do primeiro emprego, é registado, principalmente, entre os diplomados em: Eng. Tec. de Produção Agrária – Opção: Produção Animal, Eng. Agro-Pecuária, Eng. Agro-Florestal e Prof. do Ensino Básico na Variante de Português – Francês, afectando pelo menos 30% dos inquiridos. Entre os que acederam mais rapidamente ao primeiro emprego (menos de 1 mês e entre 1 a 6 meses) evidenciam-se os diplomados em: Enfermagem, Estratégia e Gestão Turísticas e Gestão de Empresas.

Entre os que acederam ao primeiro emprego imediatamente a seguir à conclusão do Curso e aqueles que viveram uma situação de desemprego de inserção durante um período superior a 12 meses, encontram-se todos os outros que, não tendo sido confrontados com as dificuldades com estes últimos se debateram, mas não tendo passado imediatamente da condição de estudante para a de trabalhador, estiveram entre 1 e 12 meses à procura do primeiro emprego, isto é, viveram um desemprego de inserção de curta duração. Entre estes destacam-se os diplomados em: Educação de Infância, Prof. de 1º Ciclo, Estratégias e Gestão Turísticas e Gestão de Empresas por simultaneamente apresentarem os melhores índices de obtenção de emprego num prazo inferior a 1 ano.

Em síntese, a transição do Politécnico para o trabalho é, para a maioria dos diplomados, um processo relativamente rápido, demorando em média cerca de 7 a 8 meses. No entanto, os dados permitem também identificar três modelos distintos de “tempos” de transição para vida activa: de curta, média e longa duração. Fazem parte deste último tipo todos aqueles que viveram durante mais de 1 ano ou ainda vivem a situação de desempregado, situação que paradoxalmente tem vindo a aumentar desde 2000.

1.3.1. Características da actual situação profissional

1.3.1.1. Os empregados

O pouco espírito empreendedor dos jovens diplomados é uma evidência: apenas 4,6% da “amostra” são trabalhadores por conta própria e 1,6% empregador. A esmagadora maioria da população-alvo empregada⁸ tem um vínculo laboral por conta de outrem: 54,7% no sector privado e 33,2% no público.

Por curso, e de acordo com a expectativa, os diplomados na área da Educação e em Enfermagem têm, preferencialmente, um vínculo profissional com uma instituição pública. No entanto, face aos dados, torna-se evidente que a procura de lugares de docência ou de exercício profissional na área não se esgota na oferta disponível em cada ano nos concursos nacionais de professores do Ministério de Educação, dado que também é expressivo o número de professores que assume estar a trabalhar no sector privado. A docência em escolas pertencentes ao sector privado e cooperativo, em escolas profissionais e/ou centros de formação, centros de explicação, centros de línguas e até o exercício de outras actividades que não as docentes, são as opções mais comuns assumidas pelos “novos” professores que não conseguiram colocação na rede escolar pública.

Ser trabalhador por conta de outrem, no sector privado, é, por sua vez, a condição profissional mais comum entre os diplomados nas áreas da Tecnologia e Gestão, (nomeadamente, Gestão e Estratégia e Gestão Turísticas) e nas Engenharias do sector agrícola/ambiental (Engenharia Agro-Pecuária, Engenharia de Produção Agrária, Opção: Agro-Pecuária e Engenharia Alimentar).

A análise dos tipos de contrato de trabalho tidos pelos inquiridos permite constatar que a grande maioria está a trabalhar a tempo inteiro, embora numa situação não estável, que se pode designar de precária. Os contratos a termo certo, as prestações de serviços e a realização de estágio constituem as modalidades de relação contratual partilhadas, em termos globais, por 54,6% da “amostra” (Gráfico 2). A estes há ainda que somar os que se enquadraram em “Outra” situação, onde se incluem: os bolseiros, os contratados em regime de avença ou de provimento e os que aguardam a aprovação do estágio profissional pelo IEFP.

Fonte: Inquérito 2004

Gráfico 2: Tipo de contrato de trabalho

¹ Recorde-se que 80,6% da “amostra” em análise referiu estar empregada no momento da realização do inquérito, o que correspondente a 425 inquiridos.

Num contexto sócio-económico onde as relações contratuais precárias imperam, são de registar os 35,8% dos inquiridos que estabeleceram com a entidade patronal um vínculo estável, através da celebração de um contrato sem termo - a esmagadora maioria no sector público. A posse de um vínculo laboral mais estável é fortemente influenciada pelos anos de serviço, dado que a maioria dos inquiridos que informaram possuí-lo já tinha emprego antes de concluir o Curso.

A adequação entre a formação recebida e o exercício profissional é outra dimensão analítica importante do processo de inserção profissional. Nesta perspectiva, uma integração “bem sucedida” na vida activa passa não só pela obtenção de um emprego mas também pelo facto de este proporcionar o exercício de uma profissão correspondente à formação base. No que respeita a esta dimensão do processo de inserção profissional, apenas uma maioria relativa de 54,6% afirma exercer funções profissionais compatíveis/na área do Curso que frequentou (Gráfico 3) o que, apesar da taxa de emprego registada, reforça a constatação de uma instabilidade e dificuldade instalada na obtenção de emprego na área.

Gráfico 3 - Exercício de funções profissionais na área do Curso (em %)

O cruzamento entre a profissão exercida e o curso permite concluir que existe uma significativa diversificação de perfis profissionais assumidos pelos diplomados em cada curso, particularmente notável nas áreas onde também se registam, tal como constatado anteriormente, os maiores índices de desemprego. A diversificação dos perfis de exercício profissional está fortemente relacionada com a dificuldade de obtenção de emprego que conduz a que a procura não se restrinja às opções profissionais tradicionais, sendo esta constatação particularmente evidente entre os diplomados na área da formação de professores e também nalguns ramos técnicos das engenharias agro-pecuárias e de produção agrária.

O desejo também partilhado por muitos (41,9% da “amostra”) de continuar a procurar emprego com um vínculo laboral mais estável, mais adequado às qualificações académicas e com remuneração superior também

afere a qualidade da trajectória de inserção profissional e sobretudo a consolidação dos perfis profissionais. De facto, a obtenção de um diploma induz o aumento das expectativas e interesses partilhados quanto à estabilidade e qualidade funcional do emprego tido, projectadas exponencialmente no salário desejado. A obtenção de uma remuneração superior é um desejo “natural” de quem fez um investimento na sua qualificação e especialização que de certa forma “esbarra” com o que o mercado de emprego oferece. As expectativas em relação ao futuro, e no que concerne, em particular, à obtenção de melhor emprego associado a nível remuneratório mais elevado e também a um maior prestígio social, revelam confiança no sistema educativo, nas instituições de ensino superior e no mercado de trabalho. Mas a realização dessas expectativas, como se sabe, depende em muito de factores estruturais e conjunturais cuja abertura em termos de oportunidade não tem actualmente a mesma amplitude que essas expectativas. E, como refere Madureira Pinto (2000:37), os “potenciais de frustração (e de disrupção social) que uma escolarização ideologicamente transmutada em garantia de sucesso individual necessariamente promove” não podem ser evitados, ou contidos, se a abertura do sistema de ensino superior não for acompanhado por uma requalificação do trabalho e pela criação de emprego.

É frequente ouvir-se, em diversos debates focalizados na problemática da inserção profissional dos licenciados, que boa parte das dificuldades que este segmento da população jovem experimenta na transição para a vida profissional activa radicam nas elevadas expectativas remuneratórias e qualificacionais que os mesmos mobilizam na procura de trabalho. O ritmo intenso de crescimento do ensino superior registado em Portugal, não acompanhado, pelo menos com a mesma dinâmica intensiva, por uma modernização e inovação do tecido empresarial, tenderá a aumentar esse desajustamento, entre as expectativas e as oportunidades efectivas de inserção no mercado laboral. Pelo que, de acordo com alguns, para uma parte substantiva dos jovens recém-diplomados que se apresentam disponíveis para o exercício de uma actividade remunerada, a melhoria da empregabilidade terá subjacente que aceitem alargar (nos patamares mínimos) as suas expectativas iniciais, quer de remuneração, quer de carreira profissional e, sobretudo, de estabilidade e tipo de vínculo laboral.

1.4 A Relação entre o Curso e o Exercício Profissional

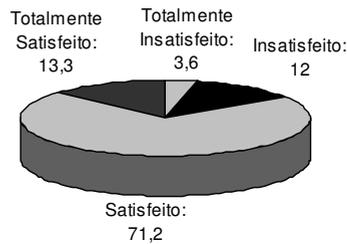
Para uma compreensão mais aprofundada da “inserção profissional”, importa sublinhar que se trata de um processo que decorre, não apenas numa perspectiva diacrónica e temporal, mas, também, numa perspectiva sincrónica, na medida em que engloba, pelo menos, três dimensões de análise. Estas três grandes dimensões, que correspondem aos três actores

fundamentais para compreender qualquer processo de “inserção profissional”, são os diplomados, com as suas dinâmicas pessoais e sociais, os empregadores, com as suas lógicas e necessidades, e os estabelecimentos de ensino superior, com os seus valores e estratégias.

Ao considerar estas três dimensões do processo de “inserção profissional” está-se a afirmar, simultaneamente, que o sucesso da mesma está dependente da articulação e interacção entre essas dimensões, não sendo uma responsabilidade exclusiva do sistema educativo, das opções dos diplomados, ou das escolhas dos empregadores, tomados isoladamente.

1.4.1. Avaliação da qualidade do Curso

A avaliação da relação existente entre os conteúdos, a qualidade da formação inicial desenvolvida e o exercício profissional demonstrou, em termos globais, um bom nível de satisfação. A maioria dos diplomados inquiridos assumiu estar satisfeita (71,2%) ou até totalmente satisfeita (13,3%) com o Curso frequentado. Apenas 12% afirmaram estar insatisfeitos ou totalmente insatisfeitos (3,6%) (Gráfico 4).



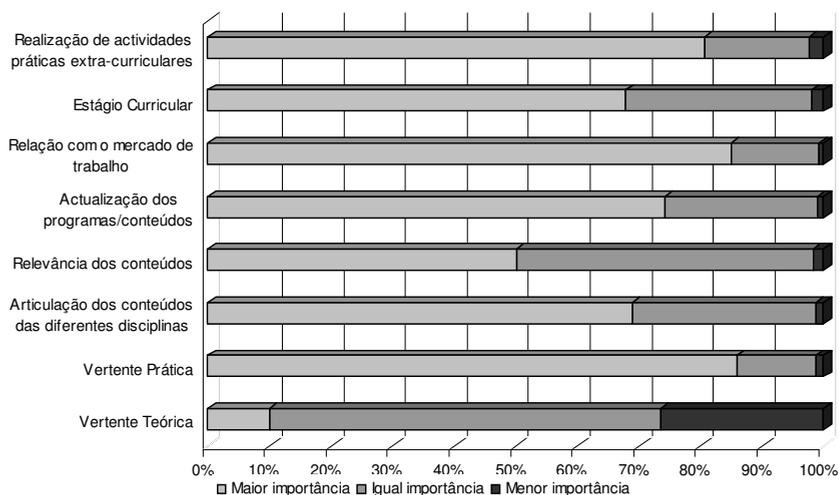
Fonte: Inquérito 2004

Gráfico 4: Nível de satisfação em relação ao Curso frequentado (em%)

As opiniões variam, porém, um pouco quando confrontados com a solicitação de ponderar a necessidade de atribuir maior, igual ou menor importância a algumas dimensões, no plano de formação desenvolvido. Os resultados obtidos indicam que a significativa maioria da amostra é crítica face à importância atribuída a dimensões caracterizadoras e estruturantes do processo de formação como são:

- a componente prática;
- a articulação dos conteúdos das diferentes disciplinas;
- a relevância dos conteúdos;
- a actualização dos programas/contéudos;
- ou a realização de actividades práticas extra-curriculares.

A opinião maioritária apontou para a necessidade de ser atribuída maior relevância a estas dimensões. O mesmo é também aplicável para a avaliação que os inquiridos fizeram do papel/atenção dada à relação com o mercado de trabalho e ao estágio curricular, claramente apontada como uma vertente a valorizar.



Fonte: Inquérito 2004

Gráfico 5: Nível de importância a atribuir no Curso, por vertente, em %.

A análise conjunta dos principais pontos fortes e fracos apontados pelos inquiridos demonstra ser bastante expressiva a opinião de que o Curso desenvolvido tem pouca ligação com a componente prática, o que pode corresponder, em parte, a um sentimento de impreparação para a vida activa. Reflexo disso são as críticas em relação à insuficiente componente prática e/ou especialização profissional, bem como a valorização atribuída à obrigatoriedade do estágio curricular. Estas indicações parecem transparecer a ideia de que, para os inquiridos, um Curso será bom não apenas se fornecer uma boa formação técnica e profissional, mas, sobretudo, se a respectiva instituição contribuir mais eficazmente para que, ao longo do percurso académico, sejam abertas portas para o mercado de trabalho.

1.4.2. Adequação do Curso ao mercado de trabalho

No âmbito da exploração da adequabilidade “sentida” entre a formação e as competências desenvolvidas para o exercício profissional, ou melhor, de empregabilidade, foi solicitado aos inquiridos que avaliassem a influência do Curso na aquisição/consolidação dos *saber-estar*, *saber-ser*, *saber-saber*, *saber-aprender* e *saber-fazer*, adaptados da matriz de avaliação

de empregabilidade construída pela equipa de investigação do Skill *plus* project (Knight e Yorke, 2003).

A análise global dos resultados da avaliação feita à influência do Curso no reforço e promoção de “competências” (*Teste Friedman = 1643,645; Sig=0,000 <p=0,05*) permite concluir que o efeito se fez sentir mais nas capacidades de:

- continuar a aprender a fim de dar resposta às mudanças no exercício profissional;
- trabalhar em equipa e cooperar;
- aprender, compreender e raciocinar;
- planeamento;
- comunicação oral e escrita;
- análise crítica.

Ao invés, foi muito pouca ou nula a influência ao nível da:

- pontualidade e assiduidade;
- honestidade e integridade;
- capacidade de gerir o stress ou de identificação dos próprios defeitos;
- e, também, da generalidade das “competências” de gestão emocional (ex. capacidade de adaptação à mudança, de resolução de situações difíceis e de conflitos) e de atitude “metacognitiva” pró-activa (autonomia, espírito de iniciativa e criatividade).

Tendo por base este perfil de “competências de empregabilidade”, um último exercício de análise conduziu à identificação da hierarquização das competências/qualidades. A análise dos resultados da avaliação feita permitiu a agregação dos indicadores em 4 grupos, construídos e hierarquizados em função do grau de importância que lhes é reconhecido para o exercício profissional.

Ao ponderar o perfil-chave de competências, e qualidades pessoais para o exercício profissional, os inquiridos combinaram capacidades de execução, de gestão do processo, de análise metacognitiva e pró-activa e de gestão emocional. Estas são as capacidades-chave do desempenho profissional para os diplomados do IPB. Remetidas para um segundo plano foram: a capacidade de trabalho em equipa, a capacidade de respeito e cumprimento de algumas regras, como a pontualidade e a assiduidade. Esta conclusão é reforçada pelas respostas obtidas na 2ª fase de inquirição dos ex-alunos do IPB. De facto, entre as capacidades, atitudes ou qualidades pessoais tidas como mais importantes para o exercício profissional, o segundo grupo de inquiridos destacou:

“a experiência profissional” (Diplomado A – Bacharel em Engenharia Informática);

“conhecimentos específicos na área” (Diplomado B – Licenciada em Gestão de Empresas);

“capacidade de ultrapassar todos os obstáculos e manter-se motivada.” (Diplomado C – Licenciada em Educação de Infância);

“de saber aplicar na prática, com os devidos ajustamentos e rectificações porque às vezes está desatualizado ou não se aplica ao contexto, o que aprendemos na teoria” (Diplomado T – Licenciada em Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico);

“a capacidade de nos adaptarmos aos contextos... de nos desenrascarmos com o que temos e sabemos... porque o que se aprende é muito incompleto” (Diplomado L – Licenciada em Engenharia do Ambiente).

A exploração da opinião partilhada pela “amostra” acerca das capacidades e atributos mais trabalhados durante o Curso e mais importantes para o desempenho profissional permitiu, por sua vez, evidenciar que, apesar de serem consideradas estratégicas no perfil profissional, a influência do Curso não foi considerada relevante no desenvolvimento das capacidades de gestão emocional de situações e contextos. Os saber estar e ser foram percebidos como atributos-chave do exercício profissional, cuja exploração e desenvolvimento não foram, contudo, significativamente influenciados pela formação desenvolvida. Aliás, “o saber gerir o stress”, “o ser capaz de se antecipar aos problemas” e “dar resposta aos problemas” foram, algumas vezes, invocados pelos inquiridos⁹ como capacidades básicas para o desempenho de qualquer profissão.

No plano das capacidades que consideram mais valorizadas pelos empregadores, os diplomados do IPB identificaram:

“cumprir os prazos das tarefas em que estamos a trabalhar”(Diplomado V – Licenciado em Engenharia Civil);

“não ter medo de arriscar e também saber esperar” (Diplomado L – Licenciada em Engenharia do Ambiente);

“não é fácil saber o que eles querem de nós. Às vezes penso que sou apenas mais uma quando sinto que estão só a olhar para a hora a que chego (...) cumprir as ordens e fazer o que mandam” (Diplomado N – Licenciada em Engenharia do Ambiente);

“desempenhar a minha função, ser professora” (Diplomado S – Licenciada em Prof. do 1º Ciclo do Ensino Básico).

Destas afirmações, pode deduzir-se a hipótese de que o perfil percebido pelos diplomados como sendo o desejado pelo empregador centra-se no cumprimento estrito da função profissional e respectivas regras. É, portanto,

distinto do perfil de desempenho profissional partilhado pelos diplomados, em que a importância destas mesmas qualidades é subvalorizada.

Considerações Finais

Os resultados encontrados permitiram identificar algumas dimensões chave que caracterizam o perfil de inserção profissional do aluno diplomado no IPB, a partir das quais é possível construir um quadro geral que, tomando por base os indicadores de “empregabilidade”, sustentam uma síntese avaliativa de eficácia e eficiência do processo e prática formativa.

Embora a imagem geral extraída seja positiva, principalmente do ponto de vista dos resultados desejáveis em termos de “*produtos*” de formação, parece indiscutível a tendência de agravamento da instabilidade pela qual passam os diplomados no percurso de inserção profissional. Os indicadores que discriminam o decréscimo do índice de obtenção de emprego entre os diplomados pelo IPB no período temporal em análise, particularmente notado desde 2002 em determinadas áreas de formação, apontam para a necessidade de um acompanhamento reflexivo e esclarecedor da dinâmica e evolução futuras e evidenciam a urgente necessidade de acautelar a co-construção do mercado de emprego por parte do IPB. A questão que fica fundamentada no pressuposto de que a oferta formativa não deve definir-se em função *de*, mas, legitimamente, *com e para* o mercado de emprego.

Embora o sucesso da “inserção profissional” não seja uma responsabilidade exclusiva do sistema educativo, algo pode ser feito no ensino superior para facilitar a transição dos diplomados para o mundo do trabalho e mercado de emprego.

Ao mesmo tempo que o sistema educativo será convocado para incorporar valências de elevada competência cognitiva, a escola, e particularmente, a de nível inicial e profissionalizante (na qual se inclui, como é óbvio, o ensino politécnico) precisará incorporar crescentemente nos seus roteiros formativos novas competências sociais, emocionais e relacionais, ou seja, capacidades e qualidades metacognitivas adaptáveis ao novo perfil de mercado de emprego e trabalho. Esta perspectiva é também designada por alguns autores como *Novo Profissionalismo* (Carneiro, 2001). As “novas” competências e saberes profissionais exigem, por sua vez, o desenvolvimento de novos modelos formativos que apostem definitivamente na aquisição de saberes por via eminentemente experiencial, em ambientes de proximidade aos da vida económica e empresarial real. Neste contexto, torna-se imprescindível o reajustamento do modelo de avaliação da eficácia

⁹ Envolvidos na segunda fase de inquirição.

formativa da escola, até aqui assente no indicador redutor da obtenção ou não de emprego 6 meses após a conclusão do Curso. Avaliar a eficácia e eficiência do processo formativo de nível profissionalizante implica e implicará, no futuro tanto mais, verificar a capacidade de adaptabilidade e flexibilidade do recém chegado ao mercado de trabalho, no sentido de fazer convergir as capacidades e competências adquiridas para a construção de um perfil profissional que se assuma como inacabado, polivalente, capaz de dar resposta às necessidades de reconversão e reestruturação.

O facto de, na operacionalização dos diversos cursos de ensino superior, continuar a optar-se excessivamente, tal como o demonstram os resultados obtidos na investigação realizada, por uma formação demasiado teórica (pelo menos, assim, é avaliada pela maioria dos inquiridos), tem levado à construção de representações incoerentes e não consolidadas por parte dos alunos, sobre o que de facto se deles espera após a formação. Não é difícil encontrar alunos que, em anos terminais de um curso e tendo como projecto a sua imediata inserção no mercado de trabalho, não sabem verbalizar qual o referencial emprego e profissão do seu curso. Perante este panorama, e como é possível antever, complexo e difícil também será o processo de adaptação ao desemprego e, particularmente, o encontrar de alternativas quando a oferta de emprego para diplomados se encontra totalmente *estragulada*. Esta situação, que, para determinados cursos representa apenas uma projecção, para outros, é já uma realidade; é o caso, a título ilustrativo, dos cursos do IPB que mantiveram no espaço de 3 anos em estudo um decréscimo constante e expressivo na taxa de obtenção de emprego dos seus diplomados.

A procura de soluções deve envolver a capacidade de flexibilidade e adaptabilidade do aluno, mas deverá passar essencialmente pela coragem de renovação e reajustamento do sistema de ensino, em geral, e do subsistema do ensino superior politécnico, em particular. A procura de soluções passa para além da renovação e reajustamento face à nova realidade do mercado, implicando também coragem para admitir a insolvabilidade operacional de inserção de determinados cursos e, por outro lado, visão estratégica e planeamento coadunante com o actual perfil nacional de áreas profissionais deficitárias em recursos humanos qualificados.

Numa era de intensa “globalização”, o global necessita encontrar contrapartida no local. As instituições são solicitadas a relacionar-se em rede e a tecer as teias horizontais que melhor respondam aos défices de vizinhança. Em nenhuma outra época a dinâmica terá sido tão fecunda à celebração de contratos de região, reunindo parcerias alargadas – públicas, privadas – em torno da valorização humana e profissional dos principais quadros locais. De uma vez por todas, será imprescindível interessar a comunidade empresarial (no caso do IPB, alargada ao espaço da sua Zona

de Intervenção Directa que compreende o Alentejo e Algarve) e os principais agentes sociais, atingindo por essa via a consecução de um produto regional adequado às características do perfil de necessidades de qualificação e, simultaneamente, gerador de inovação e de novos perfis de actividade profissional. Sem excessivo formalismo, convém que o tecido empregador seja chamado a colaborar activamente no desenho do ciclo superior de estudos dos Politécnicos. Não só serão de encarar alternativas de formação, como se devem antever possibilidades de geometria variável na respectiva extensão e conteúdo.

Quem conseguir veicular a imagem de um produto educativo ganhador no mercado das capacidades e competências e do emprego escasso, o qual, além do mais, é susceptível de acrescentar valor humano e cultural às qualidades inatas dos candidatos ao Ensino Superior, cria uma vantagem apreciável sobre os seus competidores. Quem sair do seu comodismo para ir ao encontro de necessidades não solventes do mercado de educação e for capaz de adequar a sua oferta à especificidades de cada cliente potencial, terá encontrado um grande filão, tesouro que permanece ao alcance das instituições que se recusem a continuar a viver dos privilégios do passado.

Referências Bibliográficas

Almeida, J., Costa, A. e Machado, F. (1994). Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28, 189-209.

Almeida, J. e Pinto, J. (1995). *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.

Almeida, J. *et al.* (2003). Diversidade na Universidade – um inquérito aos estudantes de licenciatura. *Colecção sobre a Juventude*, 6. Oeiras: Celta IPJ.

Alves, M. (2004). *A inserção profissional de diplomados de ensino superior numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Alves, N. (2001). Da universidade para o mundo de trabalho: uma inserção rápida mas na precaridade. *in* Gonçalves, A. *et al.* (Eds.) (2001). *Da universidade para o mundo do trabalho: desafios para um diálogo*. Braga: Universidade do Minho.

Alves, N. (1999). Escola e trabalho: atitudes, projectos e trajetórias. in Pais, J. e Cabral, L. (Coord.) (1999). *Jovens Portugueses Hoje*. Oeiras: Celta.

Alves, M. (1997). *A inserção na vida activa de jovens diplomados do ensino superior: contributo para o estudo das relações entre percursos educativos, formativos e profissionais e processos de construção de identidades sociais e profissionais*. Tese de Mestrado em Ciências da Educação – Educação e Desenvolvimento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Amaro, R. (1991). A empresa e o desenvolvimento – novas perspectivas e exigências. in *ISCTE – Gestão*, 2, pp.78-95.

Andrade, M. (1989). O trabalho, o emprego, a profissão. in Andrade, M. (Org.) (1989). *Juventude Portuguesa: Situações, Problemas e Aspirações*. Lisboa: ICS/IJ.

Carneiro, R. (2001). *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem*. Lisboa: FML.

Carvalho, A.(1999). *Os caminhos da entrada na vida: da escola ao mundo do trabalho*. in VI Colóquio Nacional da AIPELF/AFIRSE: [s.l.].
Castetter, P. e Haiser, J. (1982). *Educational research*. London: Logman.
Debaty, P.(1967). *La mesure des attitudes*. Paris: PUF.

Fluixá, F. (1994). La salida de la escuela y la incorporación de los jóvenes al mercado de trabajo. *Revista de Educacion*, 303.

Harvey, L. (1998). Defining and measuring employability. *Quality in Higher Education*, (7) 2, 97-109.

Harvey, L. (1999). Employability: developing the relationship between Higher Education and Employment. Presentation at *Fifth Quality in Higher Education 24-Hour Seminar*. [disponível on-line em www.uce.ac.uk/crq, em 4 de Dezembro de 2004].

Harvey, L. (2003). *Transitions from Higher Education to work*. York: The Learning and Teaching Support Network. [disponível em www.lstn.ac.uk/ESECT, em 13 de Julho de 2005].

Harvey, L. et al. (2002). *Enhancing employability, recognising diversity: making links between Higher Education and the world of work*. London: Universities UK.

Kleinman, M. e West, A. (1998). Employability and the New Deal. *in New Economy*, 3, 174-79.

Knight, P. (2002). Employability in the first graduate job. *in Innovation in education for employability. Notes from the 13th June 2002 Skills plus Conference*. [disponível on-line em www.open.ac.uk/vqportal/Skills-Plus/documents/13%20June.pdf].

Knight, P. e Yorke, M. (2003). *Assesment, learning and employability*. Berkshire: Open University Press.

Knight, P. e Yorke, M. (2004). *Learning, curriculum and employability in Higher Education*. London: RoutledgeFalmer.

Mauritti, R. (2003). Atributos de valorização de profissões futuras. *in Almeida, J. et al. (2003). Diversidade na Universidade: um inquérito aos estudantes de licenciatura*. Oeiras: Celta Editora.

Pinto, J. (2000). Flexibilidade, segurança e identidades socioprofissionais. *in Cadernos de Ciências Sociais*, 19/20, 5-39.

Rodrigues, M. (1995). Atitudes da população portuguesa perante o trabalho. *Organizações e Trabalho*, 14, 33-63.

Rodrigues, M. (1994). *Competitividade e recursos humanos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Roquero, E. (1994). Los tránsitos laborales: por la diversidad de las estrategias personales, en el marco de la organización de la transición. *Revista de Educación*, 303.

Yorke, M. (2004). Employability in higher education: what it is-what it is not? *in Learning & Employability Series*. [disponível on-line em www.itsn.ac.uk/ESECT, acessado em 14 de Abril de 2005].

Yorke, M. e Knight, P. (2002). Employability through the curriculum. *In Skills Plus: tuning the undergraduate curriculum. June 2002 edition*. [disponível on-line em www.open.ac.uk/vqportal/Skills-Plus/home.htm, acessado em 8 de Setembro de 2004].

Resumo: Avaliar a eficácia e eficiência do processo formativo de nível profissionalizante implica e implicará verificar a capacidade de adaptação e flexibilidade do recém chegado ao mercado de trabalho, no sentido de fazer convergir as competências adquiridas para a construção de um perfil profissional que se assuma como inacabado, polivalente, capaz de dar resposta às necessidades de reconversão e reestruturação das mesmas.

O contexto da nova economia remete-nos para a urgência de reflectir sobre a problemática da relação ensino superior/mundo do trabalho e, particularmente, sobre o processo de inserção profissional dos jovens, complexidade acentuada pelas dificuldades de emprego e pelas últimas crises económicas, que afectam, sobretudo, os recém diplomados.

De facto, as questões relacionadas com o emprego, o desemprego, as saídas profissionais dos curso situam-se no topo da lista das preocupações dos jovens, o que ajuda a compreender que o futuro profissional seja ponderado não só em função do desejável, mas sobretudo do concretizável. É no âmbito destes pressupostos que nos interrogamos sobre o presente e o futuro dos jovens diplomados, e sobre a forma como enfrentam as dificuldades de inserção profissional.

Palavras-chave: diplomados do ensino superior, inserção profissional, empregabilidade.

Summary: Assessing the effectiveness and the efficiency of the training process at a professionalising level implies, and will imply, checking the ability to adapt, as well as the flexibility of the newcomer to the labour market, in order to make the acquired skills converge into the design of a professional profile that assumes itself as unfinished, polyvalent, able to respond to the needs of their reconversion and restructuring.

The context of the new economy remits us to the urgency of reflecting on the issue of the relationship between higher education and the world of work and, particularly, on the process of the professional inclusion of youngsters, a complexity which is strengthened by the job difficulties and by the latest economical crises, affecting mostly the new graduates.

In fact, the issues related to employment, unemployment and the professional possibilities of the degree taken are on the top of youngsters' list of concerns, which helps us understand that the professional future is weighed not only according to what is desirable, but rather to what can be fulfilled. It is in the scope of these assumptions that we question ourselves on the present and the future of young graduates and on the way they face the difficulties of professional inclusion.

Key-words: higher education graduates, professional insertion, employability.

Résumé: Évaluer l'efficacité et l'efficience du procédé formatif, au niveau des sorties professionnelles, implique e impliquera la vérification de la capacité d'adaptation et de flexibilité du nouveau venu au marché de travail, dans le sens de faire converger les compétences acquises pour la construction d'un profil professionnel qui s'assume, dès lors, comme inachevé, polyvalent, capable de répondre aux besoins de conversion et de restructuration.

Le contexte de la nouvelle économie impose une réflexion sur la problématique de la relation enseignement supérieur/monde du travail et, particulièrement, sur le procédé d'insertion professionnelle des jeunes, complexité accentuée par les difficultés de trouver un emploi et par les dernières crises économiques, qui affectent, surtout, les nouveaux diplômés.

En effet, les questions qui se prennent avec l'emploi, le chômage, les sorties professionnelles des cours se situent dans le sommet de la liste des préoccupations des jeunes, ce qui aide à comprendre que le futur professionnel soit pondéré, non seulement en fonction du dérisable, mais surtout du faisable. En partant de cette base de réflexion, nous nous interrogeons sur le présent et le futur des jeunes diplômés, et sur la façon comme ils font face aux difficultés d'insertion professionnelle.

Mots - clés: diplômés de l'enseignement supérieur ; insertion professionnelle; employabilité

**Da
Investigação
às Práticas**

**Estudos de
Natureza
Educativa**